**IDENTIDADES, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DO PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR**

**Ianes Augusto Cá**

Mestrando da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-  
Brasileira (UNILAB). E-mail: [ianes@aluno.unilb.edu.br](mailto:ianes@aluno.unilb.edu.br)

**Resumo:** Para refletir sobre a identidade, diversidade cultural e identidade linguístico, é necessário levar em consideração globalização provocada pela expansão europeia, o colonialismo, as lutas pelas independências e o desafio da construção da nação pós-independência. A dominação linguística e hegemonia cultural é um desafio grande na construção de estado-nação no que diz respeito a convivência das línguas autóctones e as línguas europeias tida como privilegiada e oficial. Portanto, o nosso objetivo é construir uma reflexão sobre identidades, políticas linguísticas e o ensino do português na Guiné-Bissau. Para isso, este artigo fundamenta-se na metodologia interdisciplinar, tentando estabelecer um diálogo entres estudos linguísticos e áreas das ciências humanas como possibilidade de olhar o objeto na sua totalidade. Assim, através de um estudo cauteloso, percebeu-se há falta de um planejamento linguístico para o ensino da Língua Portuguesa na Guiné-Bissau e a valorização da língua “guineense” como um caminho para consolidação do ensino e aprendizado.

**Palavras-Chave**: Identidades; Políticas Linguísticas; Guiné-Bissau; Interdisciplinaridade.

**Introdução**

As discussões sobre ensino de língua europeias na África depois das independências levantam muitas questões sobre efeitos da colonização e as percepções dos africanos sobre si e as suas identidades. No obra “Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature” (1986) de Ngugi Wa Thiong’o nos chama atenção para nossa compreensão como fruto do colonialismo e imperialismo juntamente com as suas línguas e culturas, tendo como proposito manter os poderes e privilégios de alguns grupos. O autor defende a manutenção das línguas africanas contra dominação de línguas globais europeias como nova forma do imperialismo.

 O multilinguísmo africano é uma das características fulcral do continente, acomodado pala diferentes formas de olhar e interpretar o mundo. Na África cada língua é um universo das narrativas e pensamentos únicos. No entanto, a condição histórica imposta, principalmente, o colonialismo e o imperialismo contribuíram em arruinar e no enfraquecimento das línguas do continente. Porquanto, as línguas africanas foram silenciadas, ignoradas, subdesenvolvidas e muitas delas suprimidas em detrimento das línguas europeias como forma de prestígio. Ou seja, as línguas europeias foram forjadas como ferramenta para comunicação que proporciona uma audiência maior.

No caso da Guiné-Bissau, um dos países da África que tem idioma portuguesa como oficial, no entanto, menos de 20% da população fala língua portuguesa, segundo os dados de pesquisa de 1984. Estes dados chamam atenção pelo fato do português seja um idioma do ensino, porém no último ciclo do ensino básico nem todos os estudantes saem falando a língua fluentemente. Assim, para compreender esse fenômeno devemos levar em consideração três elementos:

1. Falta do planejamento e investimento no ensino de qualidade;
2. Ausência de políticas públicas no ensino que integram as diversidades linguísticos e cultural;
3. Falta das políticas linguísticas como políticas públicas que englobam a língua crioula (guineense) como ferramenta principal para alfabetização dos estudantes.

Portanto, levando em consideração os fatores acima colocados permita-se dizer que o sistema do ensino guineense, ensino de língua portuguesa e as políticas linguísticas como políticas públicas ainda estão no estado alienado e alienante. Uma vez que considera o português como ascendente em que todos devem compreender esse idioma como forma de enfrentar o mercado do trabalho, por outro lado a falta de uma política do ensino adequado. Neste caso, essa língua funciona como sistema de exclusão, pois para ser bem-sucedido o sujeito deve aprender português.

Nas últimas décadas os estudos e pesquisas sobres as políticas linguísticas e ensino do português avançaram, tendo o Brasil como protagonista que vem ampliando mais horizontes nesta área. Neste sentido, quando as políticas linguísticas e ensino do português projeta a língua na perspectiva histórica, cultural e social passará a ponderar sobre os métodos pluralista e de totalidade que possa olhar o *uno e diversa* como forma de compreender as diversidades dos sujeitos beneficiários desse produto. Destarte, levando em consideração o quadro a acima apresentado, este estudo visa refletir sobre identidades, políticas linguísticas e o ensino do português na Guiné-Bissau, tendo como base o contexto histórico da formação da sociedade, tendo em vista a importância crucial deste debate no contexto social e política da sociedade guineense e as suas implicações na educação.

Para dar conta do objeto da investigação, a pesquisa fundamenta-se na metodologia interdisciplinar de cunho bibliográfico nas áreas das ciências humanas e políticas linguísticas. Como assegura Gusdorf (1975, p.24) “fuga para a frente das disciplinas isoladas, cada uma afunda-se na incoerência, manifesta a perda de sentido humano, o desaparecimento de toda imagem regulador que preservaria a figura do homem num mundo à sua escala”. Neste sentido, acredita-se que a reflexão interdisciplinar em torno do objeto, é uma proposta alternativa para compreensão da totalidade, como forma de olhar com sensibilidade o ser humano como objeto de investigação, uma vez que

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. (FRIGOTTO, 2008. p. 43-44).

Assim, na perspectiva do autor a interdisciplinaridade se movimenta no plano real decorrente da maneira do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto de investigação do conhecimento social. Portanto, são esses percursos metodológicos que a investigação percorreu para poder compreender o fenômeno em investigação, “identidades, políticas linguísticas e o ensino do português na Guiné-Bissau”. Para isso, ampliou-se a nossa lente para poder enxergar e ponderar sobre esse tema com o propósito contribuir para ensino de língua portuguesa de forma integrada que respeita as diversidades das línguas existente no país, principalmente no que diz respeito ao planejamento linguístico e a valorização do crioulo (guineense) como caminho para fortalecimento do ensino não alienante e de inclusão social que respeita as diversidades e as especificidades linguístico nacional.

**LÍNGUA E IDENTIDADE**

A globalização provocada pela expansão europeia, o colonialismo, as lutas pelas independências e os desafios da construção da nação pós-independência trazem desafios as línguas africanas em oposição as línguas europeias cultivadas nas colônias e consequentemente o desafio da construção da identidade nacional. A dominação linguística e hegemonia cultural é um desafio grande na construção de estado-nação africano no que diz respeito a convivência das línguas autóctones em oposto da língua europeia tida como privilegiada e oficial. No caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), especificamente Guiné-Bissau, o desafio do combate ao analfabetismo, a falta do planejamento linguístico e políticas públicas para o ensino de Língua Portuguesa sem que seja sobreposta as línguas nacionais e étnicas. Como afirma o ex-presidente da CPLP Domingos Simões Pereira no discurso no “III Congresso Internacional da África Lusófona: Os contributos africanos para a construção de um paradigma global”

a promoção dessas línguas (do Português) não deve significar nem assentar-se na asfixia ou decadência das línguas africanas. Seria dramático e com isso a perda irreparável de uma identidade e de toda a carga cultural a elas associadas. Antes pelo contrário, o Português contemporâneo deve representar o encontro de todas as culturas que se intersectam para definir a nossa lusofonia em construção – cada vez mais rico e diversificado, cada vez mais sustentado. Há que promover a aprendizagem do português como uma mais valia no mundo do trabalho e facilitadora de acessos a novos mercados e novas oportunidades de negócio (valor económico da língua). (PEREIRA, 2018, p.4-5)

Refletindo no discurso do autor acima colocado, percebe-se que a ênfase maior está na preservação das identidades nacionais, que dialoga com identidade forjada no caso da língua portuguesa. Ou seja, as tendências globais no mundo contemporâneo tendem asfixiar as línguas locais e colocando em crise as línguas africanas. Neste sentido cogita-se que as identidades culturais contemporâneas se articulam entre o global e o local sem esquecer das suas contradições dentro do prisma globalizante que estimula a formação da identidade híbrida, identidades de fronteiras. “Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares”. (HALL, 2000, p. 111 – 112). Na obra “pedagogia da esperaça” (1992), Paulo Freire alerta que

A multiculturalidade é outro problema sério que não escapa igualmente a essa espécie de análise. A multiculturalidade e não se constitui na justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado e uma sobre as outras, mas liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma a outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de ser diferente, de ser cada uma "para si”, somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente, provocada pelo todo-poderosismo de uma sobre as demais, proibidas de ser. (FREIRE, 1992, p. 44)

Sendo assim, a noção de língua e identidade são atreladas a qualquer campo político, uma vez que diz respeito aos desafios que norteiam a construção do estado-nação. Quando Canclini na sua obra “a globalização imaginada” (2003) aborda a questão culturais no mundo globalização, ele chama atenção a necessidade da interculturalidade como ponto articulador da fluidez de fronteira. Não obstante, a interculturalidade não significa sobrepor ou a hegemonia cultural, porém serve como elo entre as diversidades que convivem em forma de troca. Assim, ao retomar suas averiguações relativas a fronteiras, globalização e interculturidade, salienta a necessidade de encontrar modelos propícios à abordagem das ásperas contradições que afloram nas assimetrias globais (CANCLINI, 2000, p.34; GAGLIETTI, 2007, p.5). Assim, como alerta Chabal (1998) que a influência do pós-modernismo não traduz significado para massa da população comuns nas aldeias africanas, uma vez que para o autor, a cultura pós-moderna ocidental tem sua consequência para cultura de outros povos.

Portanto, língua e identidade são conceitos articuladores de uma nação. São dois fios que se interlaçam, visto que uma língua como um símbolo de identidade, é um meio de comunicação funciona como demarcador de fronteiras e signos de identidade e pertencimento de um grupo étnico-cultural. Neste sentido, língua como uma parte de linguagem, é um fator de integração e um poderoso agente de incluso e de exclusão e de coesão social. Neste sentido, a formação de identidade nacional deve estar ligada a processos de socialização e integração social através da educação plurilíngue que ajuda no fortalecimento da identidade dinâmica.

No caso da Guiné-Bissau, considera-se que deve haver uma política linguística planejada que integra o ensino do português e crioulo (guineense) nas instituições educacionais como forma de fortalecimento do ensino nacional capaz de “desalienar” os estudantes. Neste sentido, acredita-se que “língua guineense” pode ajudar no fortalecimento da identidade nacional ou linguístico (não de maneira essencialista) e na dinâmica de troca, de colaboração entre aluno e professor, como sujeitos ativos que podem reconstituir os seus espaços através do diálogo reflexivo, como problematiza Paulo Freire na “Pedagogia da Esperança” (1992).

**POLÍTICAS LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU**

Nesta seção, é necessário trazer em consideração alguns questionamentos sobre os países que compõem o continente africano que após as suas independências quase todos eles adotaram as línguas do colonizador como oficial. Realçando que só alguns países da África como Argélia, Egito, Etiópia, Líbia Marrocos, Saara Ocidental, Somália e Tunísia que conseguiram salvaguardar as suas línguas nativas como materna/oficial juntamente com uma língua de colonização/europeia. Ao fazer uma reflexão mesmo sem grande cuidado, percebe-se que a África sofre uma violência simbólica linguística, uma vez que houve apagamento das línguas locais em detrimento das línguas europeias o que pode considerar uma nova colonização linguística.

Essa imposição deu-se com a conferência de Berlim de 1884 que dividiu o continente africano duma forma arbitrária sem respeitar o agrupamento dos grupos étnicos e linguísticos desse espaço. Com partilha desse continente, os colonizadores impuseram as suas línguas através do estatuto indigenato – o termo utilizado para definir os direitos, mas sobretudo os deveres, dos indígenas das colônias portuguesas – numa das cláusulas exigia que o indígena deveria saber ler e falar português para poder ser considerado cidadão. Segundo Mendy

O duplo sistema de ensino estabelecido consistia na duplificação dos sistemas escolares primário e secundário metropolitanos por um lado, e, por outro, num programa básico de instrução menos elaborado. O primeiro, denominado ensino primário elementar e complementar, e da responsabilidade do estado colonial, era destinado aos civilizados dos centros urbanos e seguia rigidamente os currículos das escolas primárias e secundárias metropolitas. O segundo, denominado ensino primário rudimentar (ensino de adaptação depois de 1956) e da responsabilidade das missões católicas, era destinado a ensinar aos indígenas “ a falar, ler e cotar em português” bem como “inculcar neles hábitos de trabalho e atitudes conducentes ao abandono da indolência e à preparação de futuros trabalhadores rurais e artesãos” (ROSA apud. MENDY, 1993. p.6)

Considerando o exposto, o ensino como escrita chegou muito tarde na Guiné-Bissau o que alguns estudiosos consideram um dos motivos de atraso desse país no que diz respeito ao nível da instrução da população e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A grande falha começou quando, após a conquista da independência, o Estado legitimou a língua portuguesa como língua oficial deixando de lado a língua da unidade que é o crioulo (guineense) que foi usado como um instrumento de unificação dos povos para aderir a luta. Portanto, pós-independência a escolha da língua portuguesa baseou-se no ponto de vista político, como afirma Silva:

1. Aprestava um valor simbólico, tinha instrumento linguísticos definidos, como a escrita, dicionário a gramatica, além de vasta literatura e história documentada ao contrário de muitas línguas africanas, isto é a língua europeia detinha a praticidade em relação ao mundo atual com as suas tecnologias e avanços científicos.
2. Exerceria o papel de língua de contato internacional das novas nações com os demais países do mundo.
3. Evitaria problemas causados por uma possível escolha de uma língua africana do país, como oficial, impedindo consequentemente a valorização e ascensão de um grupo étnico perante os demais. Dessa forma, optou-se pela língua do colonizador que é vista como neutra. (SILVA, 2010. p.5)

No caso da Guiné-Bissau, concorda-se com as duas primeiras alíneas, porém a língua “guineense” deveria ser a segunda língua oficial do país. Porque a escolha do crioulo para esse fim não causaria nenhum tipo de problema, uma vez que não pertence a língua de nenhum grupo ético pelo contrário mais de 80% da população guineense tem esse idioma como materna. Como mostra muitos estudos, há muita dificuldade de assimilar conteúdos escolares por parte dos alunos nas séries iniciais – uma vez que eles nunca tinham contato com a língua portuguesa em casa, a escola é o único lugar onde aprendem a conhecer as coisas em português. Como pode conferir

A UNESCO defende a utilização de língua maternas no ensino primário, porém a doção de tais medidas esbarram as dificuldades econômicas da África, como escassez de escolas, de professores capacitados e de matérias didáticos sem mencionar que a maioria das línguas africanas necessitam de uma intervenção do Estado para se desenvolverem, para adequarem realidade atual e poderem representar o mundo de hoje. (SILVA, 2010. p.5)

Portanto, se o governo adotasse uma medida em que o português seja ensinado juntamente com o crioulo (guineense), ajudaria as crianças a desenvolver e acompanhar o seu aprendizado justamente o conteúdo programado da cada série. Assim sendo, podemos considerar que há falta de planejamento linguísticos que segundo Oliveira (2016, p.1) esse planejamento “se refere justamente ao percurso para a implementação das políticas, sua transformação em realidade. Assim, entre a vontade de que os cidadãos usem uma língua e os passos concretos para que uma população inteira a maneje [...]”.

Por conseguinte, pensar a língua em Guiné-Bissau, é pensar num agrupamento complexo do sistema linguístico que engloba mais 40 línguas. Neste sentido, a “língua guineense” pode servir como canal de unificação do país.. Como aponta Sousa que

a discussão das políticas linguísticas no Brasil indicou que: a) a língua não é apenas um instrumento de inclusão, mas também de exclusão social, principalmente para aqueles que não dominam “ a língua” reconhecida na sociedade; b) a intervenção na língua pode ser utilizada como um meio para se atingir determinados fins, ou seja, a política linguística pode se construir como um instrumento para o alcance de objetivos políticos, econômicos, ou de outras ordens (e.g.: a política pombalina); c) a necessidade de policiar, controlar uma língua caracteriza também nossa cultura linguística, definindo valores, preconceitos, restrições em relações às línguas e suas variedades. (SOUSA, 2014. p. 111)

Assim, quando o Estado querendo impor a língua portuguesa como oficial falada por menos 20% da população, pode ser considerado como medida contraprudência. Portanto, é necessário considerar que muitos estudos feitos na Guiné-Bissau sobre o grande número de evasão escolar, algumas são motivadas pela falta de compreensão da língua portuguesa, a dificuldade das crianças e adultos na intercomunicação com os professores. Como aponta Silva (2010. P.20), “a utilização de uma língua europeia no ensino afasta o aluno e é a maior responsável pelas altas taxa de evasão e reprovação nas escolas”. Ainda o autor adverte que

Quando um Estado africano não apresenta uma política linguística eficaz e destinada a diminuir as desigualdades sócias, ocorre, principalmente para aqueles indivíduos que não dominam a língua europeia, uma dissociação de dois mundos, dois universos que se destacam: de um lado universo local, do cotidiano dessas pessoas, da língua materna, do outro, o universo das grandes cidades, do mundo globalizado e da língua europeia internacional. Como consequência desse fato, temos a manutenção e mesmo aumento da desigualdade social na África, marginalizando muitos africanos e africanas e privando-os de uma participação política e cidadã. (SILVA, 2010. p.20)

No caso da Guiné-Bissau, podemos considerar que não há preocupação do Estado com este tipo de política. Ao voltarmos para analisar o sistema do ensino guineense perceberemos que não é eficaz, uma vez que o próprio Estado não cria as políticas públicas para educação, sobre tudo nas escolas do interior. Por outro lado, apesar de todo o cidadão guineense tem direito ao ensino e educação gratuito, porém ele não oferece a cobertura da educação para toda parte do país. De certa, forma o Estado não cria condições propícia para que todos os cidadãos gozam do mesmo privilégio. A introdução da língua portuguesa nas escolas das aldeias sempre constitui um choque entre as línguas nativas e português, visto que há falta de contato com as grandes mídias e tecnologias de informações (televisão, internet, entre outras) que veicula a língua portuguesa. A única emissora de comunicação usa pela população dessas áreas é o aparelho rádio, que muitas das vezes preferem sintonizar notícias em crioulos ou línguas locais.

A falta de acesso e marginalização da população guineense que vive no interior, configura-se em um tipo de violência, já que não pode concorrer de igual modo com as pessoas que vivem na zona urbana, em que de certa forma mesmo que o português não é a língua falada no cotidiano dos guineenses, tem uma certa vantagem porque tem o contato com os documentos, jornais, internet, etc. Por isso, o Estado deve criar condições para que o crioulo e português sejam ensinados como línguas oficiais nas escolas. Como chama atenção Faulstich (2001, *apud*. Oliveira & Faulstich, 2009. p.200) que “as línguas desempenham papel político decisivo porque se consolidam, adquirem prestígio e patenteiam a efetiva difusão da consciência nacional. A internacionalização das trocas políticas e econômicas é feita por meio das línguas oficializadas no âmbito dos Estados”.

Na verdade, o ensino da língua portuguesa como a única língua oficial deve merecer uma grande reflexão crítica no que concerne ao ensino e aprendizagem e a sua ressonância na política linguística e o desenvolvimento educacionais da última década, como objetivo de milénio. Assim, é fundamental a introdução da língua materna como ferramenta do ensino-aprendizagem no contexto o plurilinguíssimo existente neste território. Como chama atenção o Faulstich que

O ensino de português nos países africanos de língua oficial portuguesa e no Timor Leste convive com as línguas locais, e, por isso mesmo se faz necessária a formação de quadros docentes que ministrem o ensino bilíngue, sem que uma língua, no caso a de maior projeção internacional, assimile a outra e cause prejuízos de históricos e políticos à Nação. (OLIVEIRA & FAULSTICH, 2009. p.202)

Daí deveria entrar a o papel do Estado em criar política educacional que dialoga entre a língua materna (“guineense”) com a língua portuguesa fazendo elo com o crioulo (guineense) como língua nacional, o que poderá contribuir no processo de desenvolvimento do ensino.

Para compreensão duma política linguística deficitária no que diz respeito a língua portuguesa na Guiné-Bissau, é interessante falar do novo acordo ortográfico que foi ratificado em 2011 sem nenhum conhecimento dos próprios especialistas e professores da língua portuguesa vinculado a Escola Normal Superior Tchico Té e Instituto Camões de Língua Portuguesa, como aponta “ é um mistério" na Guiné-Bissau pela forma como terá sido ratificado em 2011 "sem o conhecimento de quase ninguém"”[[1]](#footnote-1). Ainda segundo

O coordenador da licenciatura do português no Tchico-Té, Domingos Gomes, disse ter sido com "espanto" que os participantes de um seminário tomaram conhecimento em fevereiro deste ano da ratificação do Acordo Ortográfico em 2011 "e que faltava apenas a sua implementação". "Para nós, é um assunto complicado e estranho essa assinatura, tendo em conta que nunca foi divulgado", observou o professor Gomes.

Há um desconhecimento total por parte dos acadêmicos no que diz respeito a assinatura desse acordo. O que mostra claramente que há falta de política linguística consistente no que concerne a adesão desse novo acordo ortográfico, uma vez que não houve um debate interno e a falta de informação aos usuários da língua sobre o que seria esse novo acordo. Assim, esse acordo não levou em consideração os número de léxicos que atualmente é usado no português guineense consequência da sua convivência cotidiana, cultura e a necessidade de representação desse mundo simbólico que especialmente guineense na língua portuguesa. Neste sentido, percebe-se que vários vocábulos que são das necessidades do mundo guineense para representação da realidade que liga com os várias línguas e cultura em que se encontra o país.

No entanto, países africanos de língua portuguesa, principalmente Guiné-Bissau desconhecem dos benefícios que isso pode trazer, porque a decisão de adesão por parte dos seus líderes foi duma forma unilateral sem conscientemente ou instrução por parte dos falantes. O exemplo desses países é o caso de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Diferentemente do Brasil e Portugal em a discussão passou primeiramente nas academias, as populações foram informadas e instruídas sobre o benefício para o acordo. Um outro fator que não é menos importante é a questão da política que os estados africanos estão fazendo para se adequarem a essa nova realidade.

A língua portuguesa em Guiné-Bissau deve-se adequar ao contexto pluriculturalismo e plurilinguísmo, os livros didáticos deveriam se adequar ao mundo simbólico guineense. Os alunos devem ser levados a conhecerem as suas realidades, trazendo, por exemplo, a convivência cotidiano dos diferentes grupos étnico que compõem o país. Mas muitas das vezes, no livro didático, o aluno é levado a conhecer ou imaginar uma cultura que não pertence ao seu imaginário. Isso leva o aluno a não se materializar o seu conhecimento, pois os materiais não representam a sua realidade.

Neste sentindo, deveria promover a política linguística e de ensino que contempla mundo africano de língua portuguesa, tendo em conta a diversidade cultural e linguístico. Para isso, é necessária uma política de apoio a estes países no que tange a reestruturação do sistema do ensino readequá-lo a essa nova demanda que exige muitos recursos, tanto económico como humano. Assim, precisa de políticas consistentes, contrário disso seria uma nova colonização através da língua, visto que os próprios africanos não consigam se expressar o seu universo através da língua portuguesa, uma vez que os léxicos que representam esse mundo não se integram nesse novo acordo.

**CONSIDERAÇÕES**

Durante as consultas bibliográficas, as leituras e várias reflexões sobre a identidade, políticas linguística e ensino do português na Guiné-Bissau, conseguiu-se perceber que uma relação intrínseca entre estes fenômenos no país depois da independência. Deste modo, que são assuntos que devem ser levados sérios para fortalecimento do ensino e aprendizagem capaz de transformar a realidade histórica e social dos alunos. Para isso, precisa-se do planejamento linguístico capaz de integrar ensino do português como língua estrangeira em simultânea com o crioulo (guineense) como língua mais falada por mais de 80% da população.

Ou seja, a língua portuguesa como oficial e de ensino deve ser readaptada a realidade dos alunos, através de um paralelo com a ‘língua guineense” já que ela traduz “as culturas” e “identidades” nacional. O Estado deve-se preocupar com esse assunto, uma vez que a maioria dos estudos sobre a língua portuguesa na Guiné-Bissau já comprovaram que os estudantes guineenses não saem aptos e fluentes na língua portuguesa ao terminarem o liceu (ensino médio). Neste sentido, as políticas do ensino dessa língua devem ser encaradas como as políticas públicas e prática governamental, uma vez que é uma necessidade da sociedade como um direito garantido na constituição.

**REFERÊNCIAS**:

Achebe, C. **The Politics Of Language**. In: The Post-Colonial Studies Reader Oxford: Routledge, 2006. pp. 268-271.

GUINÉ-BISSAU. **Acordo Ortográfico**. Disponível em: <http://acordo-ortografico.blogspot.com.br/2015/05/estado-da-guine-bissau-deu-sim-ao.html>. Acesso: 24/10/2016.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **La épica de la globalización y el melodrama de la interculturalidad**. In: MORÃNA, Mabel. (Org.). Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina. Santiago: Cuarto próprio, 2000.

CHABAL, Patrick. **What is Africa? Interpretations of post-colonialism and identity**. In: Pós-colonialismo e identidade nacional. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 126p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: JANTSCH, Ari Paulo. BIANCHETTI (ORGS). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 9 ed. Petrópolis; Vozes, 2011.

GAGLIETTI, Mauro. **A Questão da Hibridação Cultural em Néstor García Canclini**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul – Passo Fundo – RS, 2007.

GUSDORF, Georges. Prefácio. In: JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 7-27

Hall, Stuart. **Diásporas ou a lógica da tradução cultural**. Conferência de abertura, VIII Congresso da ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada. Salvador, 2000. Tradução: Beth Ramos.

MENDY, Piter karibe. **A herança colonial e o desafio de integração**. In: **Soronda 13- Revista dos Estudos Bissau-guineenses**, Guiné-Bissau, INEP, 1993.

SILVA, Diego Barbosa da. **Política linguística na África**: do passado colonial ao futuro global. Revista África e Africaneidade. Agosto de 2010.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; SOARES, Maria Elias. Um Estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. **Revista de Letras**, Fortaleza, n. 33, v. 1, jan/jul 2014, p. 102-112.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de Oliveira. **Políticas linguísticas como políticas públicas**. Disponível em: < [http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Politicas\_linguisticas\_e\_Politicas\_publicas.pdf>](http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Politicas_linguisticas_e_Politicas_publicas.pdf). Acesso em: 10 out. 2016.

OLIVEIRA, Michele Machado de; FAULSTICH, Enilde. Política linguística: formação histórica e influência do português do Brasil no mundo atual. **Miscelânea**, Assis, v.5, dez.2008/maio 2009, p. 190-204.

PEREIRA, Domingos Simões. **Os contributos africanos para a construção de um paradigma global**. III Congresso Internacional da África Lusófona. Disponível em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/ContributosAfricanosConstrucaoParadgmaGlobal.pdf> . Acesso: 10 de Agosto de 2018.

Wa Thiong'o, N. **Decolonising the Mind**: The Politics of Language in African Literature. Nairobi: Heinemann Kenya, 1986.

1. Disponível em: <http://acordo-ortografico.blogspot.com.br/2015/05/estado-da-guine-bissau-deu-sim-ao.html>. Acesso: 24/10/2016. [↑](#footnote-ref-1)